

Língua Portuguesa, Linguagem e Linguística 3

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)



Editora
Atena

Ano 2018

IVAN VALE DE SOUSA

(Organizador)

Língua Portuguesa, Linguagem e Linguística 3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L755	Língua portuguesa, linguagem e linguística 3 [recurso eletrônico] / Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 3.287 kbytes – (Língua Portuguesa; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-13-0 DOI 10.22533/at.ed.130181308 1. Língua portuguesa. 2. Linguística. I. Sousa, Ivan Vale de. CDD 410
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea lança luzes às diferentes reflexões que compõem os trabalhos dos mais diferentes autores/ pesquisadores que objetivam trazer para o público leitor as múltiplas maneiras e linguagens em que o trabalho com as modalidades comunicativas se inserem. Além disso, o desafio de democratizar as metodologias e as ponderações por seus autores revelam as peculiaridades com que cada um apresenta suas objeções estabelecendo conexões entre as reflexões.

Todos os dezenove trabalhos que desenham uma cartografia robusta à luz dos múltiplos conhecimentos estão inseridos em diferentes correntes e fundamentos epistemológicos, reafirmando que as Ciências da Linguagem tomam rumos diferenciados e se realizam na experiência dos sujeitos, que ora são leitores do próprio enunciado, ora são produtores do discurso.

As ações de ler, escrever, refletir e produzir aproximam as interlocuções dos trabalhos que compõem este volume, justificando que a tensa e robusta cartografia de ideias e objetivações estabelecem à obra uma qualidade diversificada. São diferentes autores que aceitaram o desafio de mostrar aos muitos interlocutores, que lerão estes trabalhos, a justificativa de demonstrar como cada um constrói, reconstrói e estabelece o caminho capaz direcioná-lo na descoberta de novas acepções da linguagem.

Não muito diferente dos objetivos inseridos em cada trabalho é a identidade que esta coletânea recebe. Comungamos do mesmo ideal de que o objetivo deste volume é revelar aos diferentes leitores e pesquisadores como o conhecimento realiza-se mediante a utilização de construção cartográfica dos múltiplos saberes que podem ser construídos no fazer e no compreender a relação da linguagem com seus sujeitos e contextos.

O cruzamento dos muitos discursos que se encontram nesta coletânea expressa nitidamente como fundamentação essencial à ampliação do processo de formação linguística e letramento de seus autores e leitores, a partir dos quatro temas capazes de estruturar o que os interlocutores encontrarão na obra: *leitura, escrita, reflexão e metodologia*.

Os objetivos que dão forma e identidade à coletânea são provenientes de diferentes contextos de utilização e práticas de trabalho com a linguagem e, nessa concepção, os autores/pesquisadores compreendem que todo e qualquer trabalho de valorização da linguagem e suas variações perpassa pela diversidade de conhecimentos na constituição de programas capazes de lançar luzes às etapas do saber.

A noção de diferença entre as reflexões não torna a coletânea um percurso incompreensível do ponto de vista reflexivo, mas, pontua a necessidade de enxergar como a linguagem efetiva-se nas diferentes teorias e práticas defendidas e apresentadas pelos autores. Sendo assim, os dezenove trabalhos que dão forma e sentido a este volume propõem um convite à leitura e aos debates dos textos servindo como acesso aos leitores de outras reflexões no estabelecimento de uma “ponte dialógica” entre

sujeito e conhecimento.

Ivan Vale de Sousa desenvolve no primeiro capítulo a discussão sobre textualidades e o ensino de gêneros textuais no contexto da educação básica, trazendo para o leitor um recorte de suas práticas de trabalho com a linguagem, além de promover frutíferas reflexões partindo de um contexto estabelecido de produção e compreensão de trabalho linguístico com o texto. No segundo capítulo, Artemio Ferreira Gomes e Marcos Antônio Fernandes dos Santos revelam as funções da leitura, escrita e criticidade tendo como *corpus* os textos de acadêmicos de um curso da Universidade Estadual do Maranhão, Campus de São João dos Patos.

Tiago da Costa Barros Macedo, no terceiro capítulo, apresenta uma proposta didática para o trabalho com a produção escrita de gêneros textuais em língua inglesa no Ensino Médio. O quarto capítulo de Aline Batista Rodrigues e Rosinélis Rodrigues da Trindade lançam reflexões acerca da dimensão discursivo-argumentativa das repetições como estratégias referenciais no gênero *redação escolar*, propondo formas de repensar o texto e seu processo de realização.

No quinto capítulo, Alyson Bueno Francisco apresenta as análises de professores-tutores e cursistas no Programa Rede São Paulo de Formação Docente a partir de um viés teórico-investigativo. Não muito diferente da proposta anterior são as reflexões propostas por Elisiane Araújo dos Santos Frazão e Veraluce da Silva Lima, no sexto capítulo, que investigam a conversação na *web* a partir da interface *Facebook*.

Eliana Pereira de Carvalho no sétimo capítulo traz a discussão de uma das obras do escritor Mia Couto em que a questão da temporalidade é discutida no romance estudado. No oitavo capítulo, Iliane Tecchio e Tairine Maia Silva pontuam as metamorfoses sofridas pelo vampiro em filmes a partir da obra do escritor irlandês Bram Stoker. Já as observações inseridas no nono capítulo de Paloma Veras Pereira e José Dino Costa Cavalcante utilizam-se da análise de um romance do escritor José do Nascimento Moraes, a partir de um olhar acerca dos excluídos na cidade de São Luís, estado do Maranhão.

No décimo capítulo, Everton Luís Teixeira e Sílvio Holanda navegam reflexivamente nas páginas de Guimarães Rosa e Eric Hobsbawn, direcionando os olhares ao confronto de visões às questões da Segunda Guerra Mundial, analisadas na ótica da leitura histórica e da ficção rosiana. No décimo primeiro capítulo, Natália Tano Portela e Rauer Ribeiro Rodrigues realizam um estudo comparativo entre um dos contos de Clarice Lispector e Alciene Ribeiro, discutem as possíveis aproximações em ambas as narrativas. O décimo segundo capítulo, Dhyovana Guerra e Thaluana Rafael Debarba Baumbach analisam bibliográfica e historicamente as relações de poder estabelecidas pelo período emancipatório de Cascavel, Paraná.

Anísio Batista Pereira, no décimo terceiro capítulo, investiga a memória discursiva nas manifestações sociais ocorridas em 28 de abril de 2017 e problematiza os efeitos de sentido produzidos a partir do entrelaçamento entre o passado e o presente materializados nos discursos. No décimo quarto capítulo, Guilherme Griesang propõe

reconstruir a historiografia a partir da memória bibliográfica sobre a ditadura na Argentina sob o viés de revisitação dos discursos.

O décimo quinto capítulo, Pamela Tais Clein analisa e aproxima o diálogo entre a literatura e o cinema no ensino de língua portuguesa tendo em vista a participação de alunos do terceiro ano do ensino médio, como experiência do Projeto Pibid. No décimo sexto capítulo, Marília Crispi de Moraes discute e analisa experiências de promoção e democratização do acesso à leitura, bem como de fomento à produção literária de grupos excluídos como forma de empoderamento e estímulo ao protagonismo social.

Ezequias da Silva Santos, no décimo sétimo capítulo, traz uma análise entre dois romances, estudando a construção das narrativas e a metaficção em uma perspectiva Neobarroca, como constituição literária das obras analisadas que são reveladas na identidade do texto e durante seu desenvolvimento. No décimo oitavo capítulo, Mariana Pinter Chaves e Ida Lucia Machado estudam e analisam as identidades das personagens na constituição da cena, respaldando-se em alguns estudiosos. E, por fim, no décimo nono capítulo deste livro, Claudia Regina Porto Buzatti aborda como centralidade a inserção da mulher com deficiência visual por meio da escrita, utilizando como *corpus* as modalidades escritas em caracteres braile e em tinta da escritora Elizete Lisboa.

Esperamos que todos os dezenove trabalhos propiciem outras reflexões e inspirem novos conhecimentos na concepção de novos leitores capazes de enxergar em cada texto uma trilha para o desenvolvimento de saberes. Sendo assim, resta-nos desejar aos interlocutores desta coletânea boas reflexões.

Prof. Me. Ivan Vale de Sousa

Organizador

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEXTUALIDADES E GÊNEROS TEXTUAIS NA SALA DE AULA	
<i>Ivan Vale de Sousa</i>	
CAPÍTULO 2	17
LEITURA, ESCRITA E CRITICIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE TEXTOS PRODUZIDOS POR ACADÊMICOS DO 6º PERÍODO DE LETRAS DA UEMA/CESJOP	
<i>Artemio Ferreira Gomes</i>	
<i>Marcos Antônio Fernandes dos Santos</i>	
CAPÍTULO 3	27
PRODUÇÃO ESCRITA DE GÊNEROS TEXTUAIS DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO DAS TEORIAS LINGÜÍSTICAS DE ABORDAGEM LEXICAL E APRENDIZAGEM BASEADA EM TAREFAS	
<i>Tiago da Costa Barros Macedo</i>	
CAPÍTULO 4	40
A DIMENSÃO DISCURSIVA-ARGUMENTATIVA DAS REPETIÇÕES COMO ESTRATÉGIAS REFERENCIAIS NO GÊNERO REDAÇÃO ESCOLAR: UM OUTRO PENSAR SOBRE O TRABALHO COM TEXTOS	
<i>Aline Batista Rodrigues</i>	
<i>Rosinélio Rodrigues da Trindade</i>	
CAPÍTULO 5	53
A LINGUAGEM ENTRE TUTOR-CURSISTA EM CURSO SEMIPRESENCIAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
<i>Alyson Bueno Francisco</i>	
CAPÍTULO 6	64
CONVERSAÇÃO NA WEB: UM ESTUDO DOS MARCADORES CONVERSACIONAIS EM USO NO FACEBOOK	
<i>Elisiane Araújo dos Santos Frazão</i>	
<i>Eraluce da Silva Lima</i>	
CAPÍTULO 7	77
ENTRE FRONTEIRAS CULTURAIS: AS ESTRATÉGIAS DA EMPRESA COLONIAL PORTUGUESA E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO HÍBRIDO EM VENENOS DE DEUS, REMÉDIOS DO DIABO, DE MIA COUTO	
<i>Eliana Pereira de Carvalho</i>	
CAPÍTULO 8	89
DRÁCULA DE BRAM STOKER: O PROTAGONISTA IMORTAL	
<i>Iliane Tecchio</i>	
<i>Tairine Maia Silva</i>	
CAPÍTULO 9	98
UMA SÃO LUÍS DE EXCLUSÕES: UM OLHAR SOBRE OS MARGINALIZADOS NO ROMANCE VENCIDOS E DEGENERADOS	
<i>Paloma Veras Pereira</i>	
<i>José Dino Costa Cavalcante</i>	
CAPÍTULO 10	113
“NESTES MOMENTOS LÚGUBRES DE ONTEM”: LITERATURA E HISTÓRIA NAS PÁGINAS DE GUIMARÃES ROSA E NAS DE ERIC HOBSBAWM	
<i>Everton Luís Teixeira</i>	

CAPÍTULO 11	124
DESTINO DE MULHER EM CLARICE LISPECTOR E ALCIENE RIBEIRO <i>Natália Tano Portela</i> <i>Rauer Ribeiro Rodrigues</i>	
CAPÍTULO 12	134
ENTRE CASCAVÉIS E JAGUNÇOS: AS RELAÇÕES DE PODER ESTABELECIDAS NO PERÍODO EMANCIPATÓRIO DA CIDADE DE CASCAVEL – PR <i>Dhyovana Guerra</i> <i>Thaluan Rafael Debarba Baumbach</i>	
CAPÍTULO 13	144
EFEITOS DE MEMÓRIA DISCURSIVA NAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DE 28 DE ABRIL DE 2017: ANÁLISE DE IMAGENS DISPONÍVEIS NA INTERNET <i>Anísio Batista Pereira</i>	
CAPÍTULO 14	159
DITADURA NA ARGENTINA: A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO POR UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA <i>Guilherme Griesang</i>	
CAPÍTULO 15	167
A LITERATURA E O CINEMA: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA <i>Pamela Tais Clein</i>	
CAPÍTULO 16	178
OS PONTOS DE CULTURA E A PROMOÇÃO DO EMPODERAMENTO: LEITURA E PRODUÇÃO LITERÁRIA COMO ALAVANCAS DE PROTAGONISMO SOCIAL <i>Marília Crispi de Moraes</i>	
CAPÍTULO 17	196
OS DETETIVES DE PAPEL E OS DETETIVES EM CARNE E OSSO: A LINGUAGEM NEOBARROCA EM OS DETETIVES SELVAGENS E E NO MEIO DO MUNDO PROSTITUTO SÓ AMORES GUARDEI AO MEU CHARUTO <i>Ezequias da Silva Santos</i>	
CAPÍTULO 18	208
NARRATIVAS DE VIDA EM CENA: UM ESTUDO SEMIOCÊNICO DAS IDENTIDADES DE PERSONAGENS-ATRIZES NO TEATRO DOCUMENTÁRIO <i>Mariana Pinter Chaves</i> <i>Ida Lúcia Machado</i>	
CAPÍTULO 19	221
ELIZETE LISBOA: A INSERÇÃO DA MULHER COM DEFICIÊNCIA VISUAL ATRAVÉS DA ESCRITA <i>Claudia Regina Porto Buzatti</i>	
SOBRE O ORGANIZADOR	231

OS PONTOS DE CULTURA E A PROMOÇÃO DO EMPODERAMENTO: LEITURA E PRODUÇÃO LITERÁRIA COMO ALAVANCAS DE PROTAGONISMO SOCIAL

Marília Crispi de Moraes

Associação Educacional Luterana Bom Jesus/
lelusc
Joinville – Santa Catarina

RESUMO: Autonomia, protagonismo e empoderamento constituem o tripé da ação Ponto de Cultura, que integra o programa nacional Cultura Viva, do Ministério da Cultura, pelo qual o governo federal deve reconhecer a importância de organizações não governamentais que desenvolvem atividades culturais em nível comunitário. Por suas ações no campo das artes e da cultura, os Pontos de Cultura objetivam interferir na realidade de suas comunidades, buscando uma transformação que se efetive na prática, tal como preconizam teóricos dos Estudos Culturais, a exemplo de Raymond Williams e Terry Eagleton, e também como ensinam Bauman (cultura como práxis) e o brasileiro Paulo Freire. Este artigo atém-se à discussão e análise de experiências de promoção e democratização do acesso à leitura, bem como de fomento à produção literária de grupos costumeiramente excluídos, tais como idosos, crianças em situação de vulnerabilidade social, presidiários, como meio de empoderamento e estímulo ao protagonismo social. Mais especificamente, trata-se de experiências desenvolvidas pelos Pontos de Cultura

Borrachalioteca, em Sabará-MG, e Barca dos Livros, de Florianópolis-SC. O estudo é parte da tese defendida em 2015 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul. Tal pesquisa demonstrou que os Pontos de Cultura constituem uma experiência de exercício da democracia participativa e colocam em prática um modelo de gestão compartilhada de cultura em que governantes e governados deliberam conjuntamente sobre as políticas públicas, complementando as ações do modelo de democracia representativa vigente no país.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Pontos de Cultura. Empoderamento. Rede.

ABSTRACT: Autonomy, protagonism and empowerment constitute the tripod of the Culture Point action, which is part of the national program Living Culture of the Ministry of Culture, whereby the federal government must recognize the importance of non-governmental organizations that develop cultural activities at the communities. For their actions in the field of arts and culture, Culture Points aim to interfere in the reality of their communities, seeking a transformation that is effective in practice, as advocated by Cultural Studies theorists, such as Raymond Williams and Terry Eagleton, and also as they teach Bauman (culture as praxis) and the Brazilian Paulo Freire. This article focuses on the discussion and analysis of experiences

of promoting and democratizing access to reading, as well as promoting the literary production of groups usually excluded, such as the elderly, children in situations of social vulnerability, prisoners, as a means of empowerment and stimulus to social protagonism. More specifically, these are experiences developed by Borrachaloteca Culture Point, in Sabará-MG, and Barca dos Livros, in Florianópolis-SC. The study is part of the thesis defended in 2015 with the Post-Graduate Program in Language Sciences of Unisul. The research has shown that the Culture Points constitute an experience of the exercise of participatory democracy and put into practice a model of shared culture management in which rulers and governed deliberate together on public policies, complementing the actions of the model of representative democracy in force in the country.

KEYWORDS: Reading. Culture Points. Empowerment. Network.

1 | INTRODUÇÃO

Ponto de Cultura é uma das ações do Programa Nacional Cultura Viva. Consiste no reconhecimento, por parte do Governo Federal, da relevância de atividades culturais desenvolvidas em nível comunitário por grupos ou organizações não governamentais. Quando selecionados por editais públicos, os Pontos de Cultura podem receber recursos financeiros do governo para aplicar no desenvolvimento de projetos culturais. O Ministério da Cultura, por meio do site do Programa Cultura Viva, gerenciador dos Pontos de Cultura, explica que o Ponto de Cultura não tem um modelo único, mas um aspecto comum a todos é “a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade” (BRASIL, 2011). Portanto, não há um padrão de estrutura física a ser seguido. Pontos de Cultura podem funcionar em um grande centro cultural ou numa garagem, numa associação de moradores. “A partir desse Ponto, desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio: a escola mais próxima, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, ou mesmo a garagem de algum voluntário.” (BRASIL, 2011).

A lógica do Ponto de Cultura (PdC) é simples: em vez de construir prédios a serem ocupados com atividades culturais, injetam-se recursos financeiros e reconhecimento governamental às inúmeras ações culturais já desenvolvidas no país. Cada PdC articula e impulsiona um conjunto de ações em suas comunidades e destas entre si.

Mais do que um programa governamental temporário, Ponto de Cultura é um conceito que vem promovendo uma silenciosa, porém consistente, alternativa às hegemônicas manifestações culturais decorrentes da globalização. Sua constituição baseia-se em organizações da sociedade civil, existentes antes do recebimento de recursos federais, experiências do fazer cultural que já estejam funcionando em um determinado espaço e que passam a ser institucionalmente reconhecidas pelo Estado.

O funcionamento dos PdCs fundamenta-se, conforme seu idealizador, Célio Turino

(2009), sobre três pilares: autonomia, protagonismo e empoderamento, conceitos diretamente relacionados à teoria marxista, que prescreve um sujeito histórico, o povo se assumindo como agente transformador. O amálgama desse alicerce é a organização dos PdCs em rede. Portanto são quatro concepções basilares para se entender a lógica dessa ação. O sociólogo Manuel Castells (1999) tem dedicado anos de sua vida ao estudo da “sociedade em rede”. Embora, segundo Castells (1999, p. 497), a organização em rede sempre tenha existido, o novo paradigma possibilitado pelo avanço das tecnologias informacionais confere as condições ideais para sua expansão e penetração em toda a estrutura social. “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 497).

Numa rede, seus membros nunca são totalmente autônomos ou autossuficientes. Há uma relação de interdependência. À primeira vista parece contraditório propor “autonomia” e “rede” ao mesmo tempo, mas é preciso considerar que toda autonomia é sempre relativa e que a rede é mecanismo de empoderamento dos PdCs, como se verá adiante. Castells (2009, p. 498) define redes como:

[...] estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças a seu equilíbrio. [...] Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder.

Tal impacto sobre as relações de poder se dá por conta da condição *sine qua non* das redes: a flexibilidade. O elemento que hoje se constitui em nó da rede, ou seja, elemento aglutinador de relações com outros nós, amanhã pode deixar de sê-lo, sem que isso inviabilize a continuidade da rede. Isso leva a supor que o Estado pode ser um conector (nó) importante da rede de Pontos de Cultura, mas não é indispensável, ou seja, a rede pode continuar a existir mesmo sem a presença do Estado, mesmo que este se retire do cenário. Daí o motivo pelo qual a constituição em rede pode levar ao empoderamento dos sujeitos que dela participam.

Castells (1999) demonstra o quanto a evolução das tecnologias de informação foi importante para a consolidação e expansão das redes. O primeiro grande salto, na opinião do autor, foi a invenção do alfabeto, que possibilitou a representação escrita, seguido pela invenção da imprensa. Daí em diante, outros dois grandes avanços foram capazes de interferir de maneira contundente nas relações sociais: a televisão, sobretudo na década de 1970, e a internet, na década de 1990. Embora não sejam causas únicas da formação de redes, tais ferramentas e outras decorrentes, como o videocassete, o walkman, edições impressas segmentadas, conferem maior autonomia de escolha e de produção da mensagem. A noção de cultura de massa (em que uma mesma mensagem é produzida por um emissor, mas recebida por milhões),

altera-se com a popularização da internet, pois o receptor tem maior autonomia para buscar as mensagens que lhe interessam. Do mesmo modo, avanços mais recentes na utilização das redes sociais permitem a comunicação entre redes de interessados em questões similares onde a comunicação pode ocorrer de todos para todos, ligada pela interatividade que o meio possibilita.

Para Castells (2013b), na rede “as informações circulam e são repassadas sem o filtro dos meios de comunicação tradicionais”. A “nova configuração do sistema de comunicação” obriga empresas e governos a dialogarem, segundo Castells, com vozes antes pouco ou nada ouvidas.

Recentemente, Castells (2013a) cunhou o conceito de *autocomunicação de massa*, já que existe autonomia na emissão, seleção e recepção de mensagens, assim como na organização das redes. Pode-se alcançar um público massivo através de uma rede de redes. Para Castells (1999, p. 375), a “arquitetura dessa tecnologia de rede é tal que sua censura ou controle se tornam muito difíceis”. Entretanto não se pode deixar de considerar a *vigilância eletrônica* a que as redes, quando conectadas ao ciberespaço estão sujeitas. Os indivíduos e instituições fornecem um rol de dados para ingressarem em redes de comunicação e outros ambientes virtuais. Esses dados são comercializados e viram um capital informacional. O curioso é que o fornecimento das informações para tal vigilância vem do próprio internauta, como preço para garantir sua existência no ciberespaço. Exemplo simples de tal sujeição à vigilância está na personalização de anúncios publicitários na web. Uma simples pesquisa pelo preço de uma geladeira no buscador ou a consulta a um site de venda de passagens aéreas vai desencadear na *timeline* do internauta uma série de ofertas desses produtos/serviços. Ocupar redes informacionais, portanto, também é estar sujeito à vigilância. Ainda assim, a rede aproxima pessoas com os mesmos objetivos, por isso se torna mecanismo de empoderamento social.

2 | ESCREVER A PRÓPRIA HISTÓRIA

Empoderamento pode aqui ser entendido como a capacidade de participar de decisões acerca de políticas públicas que afetam a coletividade e que constroem legitimidade e efetivação da cidadania.

Conforme Baquero (2012), embora a palavra *empoderamento* não seja nova e esteja ligada à Reforma Protestante, que permitiu às pessoas uma interpretação própria da Bíblia – isto é, não imposta pelos doutos da Igreja –, o marco de sua significação atual está relacionado à década de 1960, com a eclosão de novos movimentos sociais e de contracultura, passando a ser utilizada, nos Estados Unidos, como sinônimo de *emancipação social*. A pesquisadora alerta para certa distorção no significado de *empoderamento*, constatada, sobretudo, na apropriação do termo pelo pensamento neoliberal, que o toma como mero fortalecimento da esfera privada, a qual passa a

resolver seus problemas sem contar com o Estado. *Empoderar*, conforme Baquero, envolve auxiliar a pessoa a ganhar controle sobre si mesma, a desenvolver suas habilidades para que possa obter poder por seus próprios esforços, numa perspectiva emancipatória.

É a concepção de *empowerment* proposta por Paulo Freire que inspira Célio Turino na criação dos Pontos de Cultura. O pedagogo propõe uma noção de empoderamento ligado à classe social, pois, para ele, libertação é um ato social:

Se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do *empowerment* ou da liberdade. (FREIRE, 1986, p.135).

É a transformação da sociedade que vai além da realização pessoal de cada indivíduo e abarca seu entorno a perspectiva aparentemente almejada pelos líderes dos PdCs. Assim como Freire concebe a educação como um ato político “que envolve ação cultural para libertação, constituindo-se em projeto de intervenção no mundo” (BAQUERO, 2012, p. 182), os PdCs fazem de sua atividade cultural uma ação política capaz de intervir, inclusive, na educação.

Conforme Baquero (2012, p. 181), a concepção freireana de empoderamento é a de “um processo de ação coletiva que se dá na interação entre indivíduos, o qual envolve, necessariamente, um desequilíbrio nas relações de poder na sociedade”. Portanto, para se mostrar eficaz, o empoderamento precisa ter dimensões individuais e coletivas, afinal, é cada indivíduo empoderado, ao interagir com outros em igual condição, que pode construir o empoderamento coletivo, donde provêm duas outras consequências: a autonomia e o protagonismo.

É a democracia participativa que está no cerne da concepção dos Pontos de Cultura. A possibilidade de tornar-se sujeito das ações de política cultural, de empoderar-se a ponto de modificar as relações de poder entre Estado e Sociedade Civil é o forte elemento motivador dos ponteiros, como são chamados os líderes de Pontos de Cultura.

O empoderamento social nos Pontos de Cultura pode provocar transformações que vão muito além da cultura em um sentido estrito e desencadear mudanças nos campos social, econômico, de poder e valores. Ao concentrar sua atuação nos grupos historicamente alijados das políticas públicas (seja por recorte socioeconômico ou no campo da pesquisa e experimentação estética), o Ponto de Cultura potencializa iniciativas já em andamento, criando condições para um desenvolvimento alternativo e autônomo, de modo a garantir sustentabilidade na produção da cultura. É a cultura entendida como processo e não mais como produto (TURINO, 2009, p. 70).

Pesquisa realizada com 55 Pontos de Cultura de Santa Catarina, para elaboração da tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (UNISUL-SC) em 2015 — “O papel dos Pontos de Cultura no mosaico multicultural de Santa Catarina” — da qual deriva este artigo, demonstrou que, embora os PdCs atuem em todas as classes sociais, fica evidente a priorização dos indivíduos de

baixa renda, das pessoas em situação de vulnerabilidade social, dos comumente excluídos do acesso às manifestações culturais. Trata-se, portanto, de uma visão de empoderamento de classe, tal como a defendida por Freire. A posição freireana coincide com o pensamento de dois expoentes dos Estudos Culturais britânicos: Raymond Williams e Edward Thompson, ambos ligados – assim como Freire – à formação de adultos das classes populares. Para esses estudiosos, é impossível abstrair a cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social (MATELART; NEVEU, 2010). O que a vivência dos Pontos de Cultura parece apontar é que uma ação cultural coletiva pode ser o cerne de uma tão almejada mudança social muito mais abrangente e também de uma mudança política que se concretiza na passagem da democracia meramente representativa para a democracia participativa a caminho, talvez, da democracia direta.

Tanto em Williams (2007) como em Thompson encontra-se a visão de uma história construída a partir das lutas sociais e da interação entre cultura e economia, em que aparece como central a noção de resistência a uma ordem marcada pelo “capitalismo como sistema” (MATELART; NEVEU, 2010).

A visão de Baquero (2012, p. 136) é adequada ao que intentam os Pontos de Cultura:

[...] o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder.

Depreende-se dos estudos de Baquero que, para se mostrar eficaz, o empoderamento precisa ter dimensões individuais e coletivas, afinal, é cada indivíduo empoderado, ao interagir com outros em igual condição, que poderá construir o empoderamento coletivo, donde provêm duas outras consequências também basilares aos pontos de cultura: a autonomia e o protagonismo.

3 | DEMOCRACIA, AUTONOMIA E PROTAGONISMO

A filósofa Marilena Chauí (2003, p.202-203) recorre à etimologia para uma definição inicial de autonomia: “do grego *autos* (si mesmo) e *nomós* (lei, regra, norma), é a capacidade interna para dar-se a si mesmo sua própria lei ou regra e, nessa posição da lei-regra, pôr-se a si mesmo como sujeito.” De acordo com Chauí, a autonomia não consiste no poder para dominar o curso da história, e sim “na capacidade para, compreendendo esse curso, transformar-lhe o percurso”.

Não se pode, portanto, confundir autonomia com autossuficiência ou com a plena liberdade para se fazer qualquer coisa, posto que todo ser humano integra uma sociedade que, por suas regras e padrões, impõe limites a qualquer liberdade total, visto que o sujeito social é também sabedor das consequências que seus atos podem

ter. Igualmente, a autossuficiência é parcial, pois, para sobreviver, o homem precisa da cooperação de outros homens. Pode-se, então, referir-se à autossuficiência em relação a determinados aspectos: ser autossuficiente para dominar a escrita ou para produzir seu próprio alimento, por exemplo. Do mesmo modo, a autonomia também é relativa, porém esta envolve uma tomada de posição consciente do sujeito ao fazer suas escolhas. A autossuficiência envolve **condições necessárias para** e a autonomia implica conseguir criar tais condições. A autossuficiência torna-se um ingrediente para a busca da autonomia. É por isso que o empoderamento coletivo se constrói com sujeitos autônomos, e quanto mais o indivíduo se torna autossuficiente em múltiplos aspectos, maior é sua potencialidade de autonomia. É difícil imaginar, por exemplo, que alguém se preocupe com política pública de cultura quando lhe falta comida para a sobrevivência dos filhos. Há, pois, nesse caso, a necessidade de certa autossuficiência financeira para possibilitar ao indivíduo autonomia para escolher ou não se interessar por política cultural.

Conquistar autonomia para participar de conversações com representantes do governo requer também uma posição dialógica. O sujeito é livre para tentar essa conversação via os mecanismos que lhe são disponíveis (correspondência eletrônica ou impressa, telefonemas, protesto em frente à sede do governo, publicação de manifesto, etc.), entretanto, se não houver uma disposição ao diálogo na outra ponta, as tentativas terão sido em vão. No caso específico dos Pontos de Cultura, essa oportunidade de diálogo entre sociedade civil e Ministério da Cultura empodera porque confere aos ponteiros autonomia para participar dessa relação dialógica.

Rego e Pinzani (2013), ao estudarem os efeitos do Bolsa Família — programa que garante a transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza extrema, mediante atendimento de alguns requisitos, como, por exemplo, a frequência de crianças na escola — chamam a atenção para a importância da “autonomia linguística” das pessoas. Isso pressupõe falar e ser compreendido. No caso das famílias em extrema pobreza estudadas pelos pesquisadores, várias pessoas relataram a dificuldade, antes do Bolsa Família, para encontrarem alguma ajuda assistencial do governo, simplesmente por não saberem a quem recorrer ou por não conseguirem entender as orientações repassadas por agentes governamentais. É como se falassem línguas diferentes, isso porque é comum que as instituições exijam do cidadão que este se adapte ao seu discurso burocrático ao invés de a instituição buscar se adaptar ao nível linguístico do cidadão o qual, muitas vezes, não domina a norma padrão da língua. A partir da criação de um programa específico de assistência, com normas desburocratizadas, tal relação comunicacional foi facilitada. “Autonomia pressupõe um sujeito capaz de se afirmar perante o outro como ator apto a fundamentar verbalmente suas ações, intenções, desejos e necessidades” (REGO; PINZANI, 2013, p. 33). Quando se colocam no mesmo patamar de diálogo um ativista da cultura hip hop, um mestre rezador de encomenda de almas, o professor de balé e um técnico de cultura do Governo há que se pensar também na equalização discursiva para que uma

comunicação efetiva se realize.

Em artigo escrito para o blog da Revista Carta Maior, em 7 de julho de 2008, o sociólogo e cientista político Emir Sader lembra que, na década de 90, como forma de resistência ao projeto neoliberal vigente, formulou-se a expressão “autonomia dos movimentos sociais” com o sentido de luta contra a subordinação a forças políticas que não expressassem os interesses populares. Essa autonomia, segundo Sader (2008), apontava para a “centralidade da sociedade civil” como contraposição ao Estado, à política, aos partidos, ao poder. Porém, com o desgaste do modelo neoliberal, uma nova fase da luta, conforme Sader, teria se iniciado e pressupunha a construção de alternativas e disputa por uma nova direção política. Dessa perspectiva, persistir na “autonomia dos movimentos sociais” seria adotar o corporativismo “opondo autonomia à hegemonia e renunciando à luta pela construção do ‘outro mundo possível’, que passa pela conquista de governos, para afirmar direitos – dado que o neoliberalismo é uma máquina de expropriação de direitos” (SADER, 2008).

A postura de Sader leva a refletir sobre como é possível se pensar em autonomia em um mundo globalizado onde as relações internacionais são tão complexas e imbricadas que abrangem desde a economia e hábitos de consumo à comunicação e à arte. De fato, a autonomia total – seja do indivíduo, seja de uma nação, seja de uma tribo – não é possível em nossos dias. Mesmo que os indivíduos continuem a enxergar a si próprios como partes de um todo maior e coeso, calcado geralmente em tradições fabricadas, a “proliferação subalterna da diferença” (HALL, 2003a, p.60) e a valorização do local (BHABHA, 2003) propiciam brechas de alternativas aos padrões globalizantes. Mais do que isso, quando há realmente um canal de diálogo estabelecido entre sociedade civil e governo, não há motivos para não usufruir dele.

Os Pontos de Cultura adotam a mesma perspectiva de Paulo Freire (2000) em relação ao empoderamento e à autonomia. Defendem um posicionamento crítico diante da realidade, de modo a não aceitar comodamente argumentos deterministas nem se curvar passivamente diante das injustiças, além de exercitar o diálogo para construir a autonomia. Nesse sentido, o sujeito autônomo não é aquele que simplesmente acata sua realidade e com ela se conforma, mas busca transformá-la: “minha presença no mundo não é a de quem apenas se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História” (FREIRE, 2000, p. 60).

A autonomia de um sujeito que se insere realmente na construção de uma sociedade melhor é facilitada e potencializada quando há uma democracia participativa na qual o Estado confere à sociedade civil a liberdade de efetivamente participar da construção, da manutenção e da reformulação de políticas públicas, não só de cultura, mas de todas as áreas. Para tanto, também é necessário contar com sujeitos dispostos a se inserir num diálogo infinito, pois, como ensina Freire (2000, p. 30), “[...] uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas”.

O empoderamento e a autonomia acabam levando ao terceiro pilar dos PdCs: o protagonismo. O protagonista não se conforma em apenas assumir uma postura crítica em relação à realidade, mas se autoimpõe a tarefa de agir para alcançar mudanças. Tem, pois, uma atitude ativa diante das situações que lhe desagradam ou que julga prejudiciais a sua classe. É também o sujeito que busca estabelecer parcerias com outros protagonistas.

Na Grécia Antiga, o principal lutador de um torneio era o protagonista. O termo passou a ser adotado no teatro para designar o personagem principal da trama. Tal como ocorre no teatro, também em sociedade o protagonista precisa resolver conflitos, ou seja, tornar-se sujeito de suas ações. Os líderes dos Pontos de Cultura (aqui entendidos não só como os coordenadores ou “ponteiros”, mas também outros integrantes de cada PdC que assumem papel de liderança) são protagonistas à medida que ocupam papel central na promoção de transformações sociais das comunidades onde atuam.

Além do protagonismo individual, assim como ocorre com o empoderamento, há o protagonismo coletivo. Ao pensar o protagonismo como um dos pilares dos Pontos de Cultura, Turino (2009, p. 69) afirma que os movimentos sociais assumem o papel de protagonistas à medida que seus integrantes e organizações entendem-se como sujeitos de suas práticas, “sujeitos que intervêm em sua realidade desde os hábitos cotidianos até a elaboração de políticas de desenvolvimento local”. Agir de pró-ativa para modificar a realidade de seu entorno está, pois, na gênese do programa Pontos de Cultura.

A democracia é condição básica para que haja o empoderamento da sociedade civil. O empoderamento só ocorre quando há sujeitos/grupos dotados de autonomia suficiente para se tornarem protagonistas.

Williams (2007) demonstra que a palavra *democracia* está longe de demandar uma significação tão simples quanto parece sua origem etimológica (do grego: *demos*/ povo, *kratos*/poder), afinal é preciso compreender que, em cada época e lugar, há exclusão de indivíduos e divergentes compreensões de “quem” forma esse povo que tem poder. O autor também constata que o termo *democracia* foi, até o século XIX, extremamente desfavorável, pois não se via o povo como suficientemente preparado para tomar decisões corretas.

A “declaração de fé na democracia” só ocorre, segundo Williams (2007), no final do século XIX e início do século XX. Ao citar a constituição de Rhode Island, de 1641, a primeira a utilizar a palavra *democracia*, expõe que, naquela ocasião, a referência era a uma **democracia direta**, isto é, na qual a população é quem toma as decisões em assembleias, cabendo a alguns ministros – escolhidos entre eles próprios – a tarefa de cumpri-las fielmente. Entretanto, é a ideia de **democracia representativa** que se firma como modelo ao longo dos anos, na qual se elegem representantes para formularem leis e executar as tarefas do Estado.

O crescimento das sociedades foi um bom pretexto para inviabilizar a democracia

direta, afinal, já não se pode mais reunir em assembleia toda a população de uma cidade de médio porte, muito menos de uma metrópole ou nação. A tal ponto o significado de democracia foi relacionado ao modelo representativo que se tornou uma espécie de afronta ao direito democrático propor o modelo de democracia direta, como demonstrou o episódio da rejeição, pela Câmara Federal, à regulamentação da Política de Participação Social dois dias após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. A proposta institucionalizava uma política de aproximação com os movimentos sociais que começou a ser desenvolvida no primeiro governo Lula, em 2003. O argumento dos deputados contrários ao PNPS foi de que a proposta criaria órgãos que substituiriam o Congresso no poder Legislativo.

Williams (2007, p. 128) atenta para outro problema ao se definir democracia. Trata-se da concepção de *povo*, pois esta, como já foi aqui enfatizada, pode limitar-se a certos grupos pré-determinados, tais como “homens livres, proprietários, os sábios, homens brancos”, etc. Assim, no Brasil, as mulheres só tiveram direito a votar e a serem votadas em 1933. Para o autor, o desenvolvimento especializado de democracia representativa foi, ao menos em parte, uma reação consciente ao entendimento de democracia como poder popular. Ele enumera algumas das “distorções conscientes” do termo: “a redução dos conceitos de *eleição*, *representação* e *mandato* a formalidades deliberadas ou formas meramente manipuladas; redução do conceito de *poder popular* ou de governo em favor do *interesse popular*, consignas nominais que encobrem o império de uma burocracia ou oligarquia” (WILLIAMS, 2007, p. 130).

A proposta dos Pontos de Cultura, embora se aproxime mais do conceito de democracia direta, ainda não pode assim ser chamada, pois não elimina o representacionismo, tanto no que se refere a instâncias representativas da própria rede de PdCs quanto no que tange à eleição de representantes para o legislativo e executivo. Há sempre a figura de um coordenador (ponteiro) que representa os interesses de todo o grupo, ou o representante dos PdCs no estado, ou representantes escolhidos para formar um conselho nacional. Entretanto a proposta é de uma participação ampliada e mais efetiva da sociedade civil a ponto de intervir nas deliberações do Estado e de suas instâncias representativas, como os poderes legislativo e executivo.

Ao propor a cultura como práxis humana, Bauman (2012, p. 301) enfatiza a busca do homem pela libertação de suas necessidades e pela liberdade para criar. “A cultura, portanto, é o inimigo natural da alienação. Ela questiona constantemente a sabedoria, a serenidade e a autoridade que o real atribui a si mesmo”. É por esse estado de revolta constante, de possibilidade contínua de promoção de mudanças, de espírito crítico diante da realidade que os Estudos Culturais se interessam. Entretanto, é de se esperar que essa mesma concepção libertária não interesse em nada àqueles que desejam manter o *status quo* e, por certo, demandam estratégias de controle sobre a cultura.

Ao trazer à tona o conceito de *cultura comum*, Williams chama a atenção para a incompletude da cultura, nunca totalmente realizada, portanto nunca totalmente

autoconsciente, já que não se pode prever ao certo o que ainda será criado pelo homem. Assim, a cultura como uma rede de significados e atividades compartilhadas depende da construção colaborativa e da participação plena de todos os seus membros (EAGLETON, 2003, p. 168). Há, pois, uma aproximação entre o pensamento de Williams e a proposta de *cultura como práxis* de Bauman. É no cotidiano e na interação humana que a cultura se realiza. Trata-se, portanto, de uma concepção que vislumbra a democratização cultural, a participação de todo ser humano nesse processo de construção de produtos culturais e do acesso a estes. A ideia fundadora dos Pontos de Cultura está extremamente vinculada à perspectiva adotada por Williams e pelos Estudos Culturais, pois os objetivos do programa são justamente ampliar o acesso da população a diversas manifestações culturais, estimular a produção simbólica de qualquer cidadão, desvinculando-a de uma valorização da produção cultural considerada erudita ou de elite, promover os intercâmbios culturais entre grupos sociais diferentes. Além disso, os PdCs prescrevem o alcance de autonomia suficiente para que os grupos possam deliberar sobre os direcionamentos que desejem dar a seu trabalho.

De acordo com Eagleton (2003, p. 169), a noção de uma *cultura comum* defendida por Williams

[...] exige uma ética de responsabilidade comum, plena participação democrática em todos os níveis da vida social, incluindo a produção material, e o acesso igualitário ao processo de criação da cultura. Mas o produto dessa atividade política consciente é, ironicamente, uma certa inconsciência.

Tal inconsciência deriva do fato de que nunca se pode projetar com segurança o que será produzido pela criação humana e porque, quanto maior é o nível de participação coletiva, mais rarefeita se torna a capacidade de previsão. Diante das constatações de Williams, pode-se refletir que restringir o acesso ao fazer e aos produtos culturais a uma elite é um modo de manter a ordem sob controle, facilitar as previsões de futuro e coordenar processos de mudança, ou ainda, de utilizar a cultura para manutenção de determinadas situações que interessam a essa elite dominante. Uma *cultura comum*, ao contrário do que à primeira vista poderia a nomenclatura induzir a pensar, só pode ter como consequência a pluralidade, a diferença e nunca a uniformidade identitária imbricada na ideia de Estado-Nação, por exemplo, como o termo tem sido historicamente utilizado. Desse modo, o que se poderia pressupor, inicialmente, como legitimação do poder governamental pelos Pontos de Cultura quando esses grupos aceitam a “institucionalização” acaba por se transformar em participação social, e quanto maior é essa participação, quanto mais diversos os atores, mais incerto o resultado e, portanto, menor a submissão aos ditames governamentais ou de uma elite.

3 | PELO PODER DOS LIVROS

Quanto maior for o nível de empoderamento e autonomia alcançados e quanto mais protagonistas conseguem ser os integrantes dos Pontos de Cultura, maior tende a ser a abrangência de suas ações e as transformações alcançadas onde atuam. O acesso à leitura e o estímulo à produção literária estão entre as “armas” adotadas por alguns Pontos de Cultura para provocarem transformações sociais resultantes do entrecruzamento de empoderamento, protagonismo e autonomia. Esses PdCs entendem a ampliação do acesso à leitura como forma de autonomizar seu público.

Barca dos Livros – Porto de Leituras, em Florianópolis, capital de Santa Catarina. Borrachaloteca, na histórica cidade de Sabará, a apenas 25 km de Belo Horizonte-MG. Dois Pontos de Cultura em diferentes regiões do país. O primeiro funciona no LIC, Lagoa Iate Clube, com direito a passeios de barco uma vez por mês. O segundo divide espaço com uma borracharia. A história desses dois PdCs, mesmo em contextos distintos, também possui muito em comum, além do amor aos livros.

Para compreender como se alcança o tripé proposto por Célio Turino, na Borrachaloteca, é preciso mergulhar em sua história. O Instituto Cultural Aníbal Machado, mais conhecido como Borrachaloteca, foi criado em 2002, no bairro Caieira, em Sabará-MG. Na época, Marco Túlio Damascena tinha 23 anos e trabalhava na borracharia do pai, “Seu Joaquim”. “O pessoal ia lá consertar pneu e ficava lendo jornais. Decidi colocar alguns livros, depois ganhei outros e nasceu a Borrachaloteca. O pai quase teve um ‘troço’ e mandava eu levar os livros de volta pra casa” (DAMASCENA, informação verbal). Logo Túlio conseguiu 70 livros doados pela Biblioteca Pública; dois anos depois o acervo já tinha 600 exemplares. E, assim, o espaço para os pneus ficou cada vez mais apertado. Em 2007, a Borrachaloteca venceu o prêmio Viva Leitura, do Minc, e lá vieram mais 5 mil livros.

Mais uma biblioteca comunitária foi instalada em 2008, em uma sala cedida por uma moradora do bairro Cabral. O espaço ganhou o nome de Sala Son Salvador, em homenagem a um cartunista mineiro que residiu em Sabará. Dois anos depois foi a vez da criação da Casa das Artes, biblioteca infantojuvenil e cordelteca. É a única cordelteca de toda a região metropolitana de BH, composta por 32 cidades. Na Casa das Artes acontecem oficinas de brinquedos, xilogravura, mediação de leitura de cordéis e narração de histórias. A ideia cresceu tanto que chegou ao presídio. Lá, a biblioteca recebeu o nome de Libertação pela Leitura. Em 2011, a Borrachaloteca foi reconhecida como Ponto de Cultura, também por meio de edital, fruto de parceria entre Minc e Governo do Estado. Hoje, a rede de bibliotecas comunitárias Borrachaloteca possui mais de 10 mil livros no acervo.

Túlio diz que a vida cotidiana é muito pobre sem literatura e que a Borrachaloteca nasceu do desejo de que outras pessoas pudessem sentir a mesma alegria que ele experimentava ao ler bons livros. Os livros transformaram a vida de Túlio e dos sabarenses. Ele recebeu bolsa parcial numa faculdade local e cursou Letras. Basta

uma volta com Túlio pelo centro da cidade para perceber o quanto a Borrachaloteca se tornou importante para os sabarenses. Logo alguém pergunta se tal livro já chegou à borracharia; outro avisa que a filha vai lá fazer pesquisa no computador (além dos livros, a Borracharia também dispõe de computadores com internet) e mais adiante alguém pede para Túlio buscar livros como doação. De repente, no meio da rua, uma criança vestida de camiseta amarela e saia florida pergunta se pode declamar uma poesia. E declama “As Borboletas”, de Vinícius de Moraes. A menina faz parte do grupo “Arautos da Poesia”, liderado pela esposa de Túlio, em mais uma ação da Borrachaloteca.

Os recursos do edital de Ponto de Cultura deram algum fôlego para a manutenção das atividades da Borrachaloteca, mas o principal ganho, segundo Túlio, foi de credibilidade e de entrosamento com outras organizações culturais. “Forma-se uma rede de informação e isso facilita novas parcerias” (DAMASCENA, 2013b). Com ou sem dinheiro, a Borrachaloteca nunca deixa de estar em ação. “O que queremos é que as pessoas tenham acesso à leitura, sem burocracia” (DAMASCENA, 2013b). Nas unidades da Borrachaloteca, o leitor não precisa fazer carteirinha. Os empréstimos são anotados em um caderno comum. Pode-se levar quantos livros quiser para casa e devolver quando puder. “O acesso à leitura de qualidade contribui de forma significativa para que as pessoas tenham uma visão diferente do mundo. Queremos fazer a diferença nesse sentido” (DAMASCENA, 2013a, informação verbal).

A força que move tantas ações culturais da Borrachaloteca e seus protagonistas é a crença de que um “novo” mundo é possível. E possível não só no plano da utopia, mas a partir de pequenas ações calcadas na solidariedade.



Figura 1 - Fachada da Borrachaloteca com Marco Túlio Damascena (D) e o pai, Joaquim (E), Sabará-MG

Fonte: <http://borrachaloteca.blogspot.com.br/>

O fato de o Ponto de Cultura Borrachaloteca ter recebido recursos públicos (federais, estaduais e municipais) não retira seus líderes de embates com essas esferas governamentais. Em meados de 2013, a prefeitura de Sabará requisitou o

espaço onde funciona a Casa das Artes para lá instalar outros serviços públicos. Os representantes da Borrachaloteca realizaram várias reuniões, colheram assinaturas em um abaixo-assinado e já cogitavam uma manifestação. A prefeitura voltou atrás e compreendeu a importância de deixar o acervo da biblioteca infantojuvenil e da cordeloteca no local.

O PdC também acaba se envolvendo na discussão de políticas públicas de outros setores, como a dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, por meio de assento no Conselho Municipal.

Observa-se, portanto, na história da Borrachaloteca, muitos pontos de convergência com os 55 PdCs catarinenses estudados na tese já citada: pró-atividade, independente de recursos financeiros; formação de uma rede de protagonistas voluntários; valorização do credenciamento de PdC como canal de diálogo com o Governo; busca de alternativas diversas para preservação da autonomia financeira; engajamento em diversas frentes de trabalho (embora a leitura seja foco principal, o grupo também trabalha com artesanato em pneus, campanhas ambientais, etc); capacidade de adaptação ao discurso burocrático estatal; manutenção de discurso combativo e participação nas discussões referentes à construção de políticas públicas de cultura.

Enquanto a Borrachaloteca espalha leitura por Minas Gerais, em Florianópolis, a Barca dos Livros faz o mesmo, seja na água, seja em terra firme. Fundada em fevereiro de 2007, a biblioteca comunitária também nasceu com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, por iniciativa de um grupo de amigos que forma a Sociedade Amantes da Leitura, criada em 2003. Em 2009, selecionada pelo edital estadual, a biblioteca tornou-se Ponto de Cultura.

Se a Borrachaloteca tem Marcos Túlio Damascena, a Barca tem Tânia Piacentini, professora universitária, doutora em Educação, daí a forte ligação com o meio acadêmico, pois outros membros da Sociedade também são professores e pesquisadores de universidades. Entre as décadas de 1970 e 1980, Piacentini integrava a comissão julgadora da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil para ajudar a escolher os melhores livros editados a cada ano. Entre as atribuições, devia indicar os livros brasileiros para a Feira de Bolonha, na Itália. O trabalho foi crescendo tanto que Piacentini passou a contar com outros avaliadores e daí surgiu a Sociedade. Por conta da avaliação das obras, ia recebendo muitos exemplares novinhos que passaram a ser divididos com a comunidade.

Desassociar a relação entre leitura e obrigação é uma das intenções da Barca dos Livros, por isso, um sábado por mês, há um passeio de barco pela Lagoa da Conceição e, no percurso, leituras, contação de histórias, recital de poesias, entre outros atrativos culturais. Piacentini conta que, no início, a Sociedade sonhava apenas com o barco, mas a biblioteca acabou também em terra firme, em uma sala alugada no Lagoa late Clube, o Porto de Leituras.

Além dos leitores habituais, a Barca costuma receber visitas de turmas inteiras

de estudantes. “Também já recebemos um grupo de professores indígenas, de alunos da APAE, de crianças bem pequenas que ainda nem sabem ler, mas que podem ser estimuladas pelas ilustrações e pela contação de histórias” (PIACENTINI, 2013).

Mas nem só de empréstimos de livros é feito o cotidiano da biblioteca. Os dias e noites da Barca costumam ser agitados por uma intensa e contínua programação cultural. Há encontros com o grupo permanente de formação em contação de histórias; conversação em outros idiomas; discussão sobre literatura; grupos de leitura em voz alta, saraus, oficinas, exposições, apresentações musicais, encontros com autores além do NEP (Núcleo de Estudos e Pesquisas).

O convênio do Ponto de Cultura encerrou em 2013. Para manter suas atividades, a Barca conta com doações, inclusive por meio da conta de luz, apoio de pessoas físicas e jurídicas por meio da Lei Nacional de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), brechós e venda do livro *“O perseverante soldadinho de chumbo”*, uma tradução do escritor Tabajara Ruas para o clássico infantil de Hans Christian Andersen (direto do dinamarquês, por isso a manutenção do título original) e com ilustrações da artista plástica catarinense Jandira Lorenz. Ruas é um dos sócios fundadores da Sociedade Amantes da Leitura. Jandira também doou as ilustrações originais para a Barca, que as colocou à venda por R\$ 1.000,00 cada uma. Em 2014, a Barca conquistou o Prêmio Viva Leitura, promovido pelos Ministérios da Cultura e da Educação e pela Organização dos Estados Ibero-Americanos, e foi eleita a melhor biblioteca comunitária do Brasil. A maioria das ações da Barca é desenvolvida por voluntários.

Tanto a Borrachaloteca quanto a Barca dos Livros já realizavam suas ações antes do reconhecimento como Pontos de Cultura, mas a chancela do Ministério permitiu a aproximação com outras organizações semelhantes e potencializou suas atividades, permitindo novas ações ou a ampliação de atendimentos já existentes.

A exemplo de outros PdCs, tanto a Borrachaloteca quanto a Barca encontram meios alternativos para manter suas atividades. A estratégia desses PdCs para manter a autonomia financeira é bem conhecida de qualquer administrador: “não colocar todos os ovos na mesma cesta”, ou seja, apostar tanto em receitas próprias, quanto em editais e projetos diferentes, tanto com apoio governamental quanto da iniciativa privada. Contar com um conjunto de protagonistas também contribui para a manutenção da autonomia, pois mesmo que alguma das lideranças fique temporariamente impedida de atuar, outros assumirão seu papel, garantindo a continuidade das ações.

Além da democratização do acesso à leitura, Borrachaloteca e Barca dos Livros apostam também no estímulo à produção literária, como modo de empoderamento e promoção da autonomia. Constantemente são ofertadas oficinas de produção textual. Por meio do Edital de Interações Estéticas e Residências Artísticas em Pontos de Cultura, as duas bibliotecas receberam, em 2013, projetos de produção literária voltados a diversos públicos. Em Florianópolis, a escritora Katherine Funke, que à época morava na Bahia, ministrou oficina “Viagens na Barca”. A cada sábado, a autora apresentava um tema como provocação e uma lista de títulos como leitura sugerida

para uma conversa de fruição estética e literária. Durante os encontros, o público entrou em contato com trechos de livros de prosa e poesia que inspiraram Katherine a escrever o romance “Viagens de Walter”.

Em Sabará-MG, o mesmo edital proporcionou a oficina de crônicas e radiodocumentário, baseados em relatos de história oral de idosos, adultos e adolescentes, ministrada pela jornalista Lindanir Tomelin, com auxílio da autora deste artigo. Cerca de 70 pessoas participaram da oficina e, ao final, seus textos foram publicados em livro e no CD de radiodocumentários “Vez e voz para as histórias de Sabará”. Poder expressar suas ideias, resgatar causos da infância, a troca de informações entre pessoas de diferentes gerações (havia participantes de 12 a 92 anos), tudo isso causou efeito tão positivo nas comunidades atendidas que o grupo planejou dar continuidade à prática de contar e escrever histórias, mesmo após o final da oficina. Ao final do trabalho, os depoimentos dos participantes enfatizaram a oportunidade de se sentirem capazes de expressar sua criatividade e impressões da vida.



Figura 2 – Passeio de barco promovido mensalmente pela Barca dos Livros em Florianópolis

Fonte: <http://barcadoslivros.org/galeria-de-fotos>

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ampliar o acesso à leitura e ao oferecer ao público, sobretudo a grupos cujos discursos normalmente são excluídos da sociedade — como idosos, crianças em situação de vulnerabilidade social, presidiários — Borrachaloteca e Barca dos Livros fomentam condições de empoderamento e incentivam o engajamento de novos protagonistas.

O empoderamento dos dois grupos, o mineiro e o catarinense, já existe perante a comunidade e é acentuado por meio do reconhecimento governamental, habilitando-os também a uma autonomia discursiva que lhes permite participar da construção de políticas públicas de cultura, a apresentar propostas e reivindicar direitos. Por meio da rede com outros PdCs de seus estados e do país, Borrachaloteca e Barca dos Livros

trocam experiências, compartilham informações sobre editais e outras oportunidades, participam de intercâmbios. Para os ponteiros, a organização em rede é a principal ferramenta de empoderamento de que dispõem.

Se, por um lado, os Pontos de Cultura buscam e constroem suas ações calcadas no tripé empoderamento/autonomia/protagonismo, por outro, também se esforçam para propiciar condições a que os participantes dessas atividades também utilizem a mesma base e, assim, novos protagonistas possam surgir. A ferramenta que costura esse modo diferente de pensar uma democracia participativa, em que tanto a sociedade civil quanto os governos têm responsabilidades compartilhadas, é o diálogo. A vivência dos Pontos de Cultura deixa claro que só se constrói um modelo participativo de democracia quando há disponibilidade para o diálogo franco e quando representantes do governo estão dispostos a colocar em prática deliberações coletivas.

REFERÊNCIAS

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2003.

BARCA DOS LIVROS. **Produção de Floripa Ponto a Ponto**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xbhiY8Duad8>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

BAUMAN, Z. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr. 2012

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura Viva**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>>. Acesso em: 10 set. 2011.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013a.

_____. Entrevista a Carlos André Moreira. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre: 9 jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/entrevistas/manuel-castells-e-a-politica-da-nova-era>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

_____. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2003.

DAMASCENA, M. T. Entrevista. **Revista Cidade**, Belo Horizonte-MG, n. 4, dez. 2013a.

_____. Entrevista concedida em Sabará-MG, 6 mar. 2013b.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2. ed. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo; Unesp, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, S. **Da Diáspora: identidades culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Brasília, 2003a.

MATELART, A; NEVEU, E. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MORAES, M. C. de. **O Papel dos Pontos de Cultura no Mosaico Multicultural de Santa Catarina**. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (UNISUL-SC), Florianópolis, 2015.

PIACENTINI, T. Entrevista ao Programa Floripa Ponto a Ponto. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=c8D4zUov6PI>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013.

SADER, E. Autonomia ou hegemonia? **Carta Maior online**, jul/2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/detalheImprimir.cfm?conteudo_id=24076&flag_destaque_longo_curto=L>. Acesso em: 13 out. 2013.

TURINO, C. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

WILLIAMS, R. **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Trad. Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-13-0

